



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA  
INSPECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

# ACOMPANHAMENTO DA ACÇÃO EDUCATIVA NA ESCOLA

## RELATÓRIO

**EBI ROBERTO IVENS**

2006

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>Introdução</b>	<b>2</b>
1.1	Objectivos	2
1.2	Metodologia	2
<b>2</b>	<b>Resultados da análise desenvolvida</b>	<b>4</b>
2.1	Realização da prática educativa	4
2.1.1	Gestão do currículo	4
2.1.2	Desenvolvimento das competências de aprendizagem	4
2.1.3	Utilização de materiais	5
2.1.4	Monitorização das aprendizagens	6
2.2	Acção profissional	7
2.2.1	Planeamento das aprendizagens	7
2.2.2	Registos de progressão	9
2.2.3	Instrumentos de avaliação	9
2.2.4	Articulação profissional	10
2.3	Integração comunitária	10
<b>3</b>	<b>Conclusões</b>	<b>11</b>
<b>4</b>	<b>Recomendações</b>	<b>13</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano de Actividades para o ano de 2006 da Inspeção Regional de Educação integra a actividade inspectiva “Acompanhamento da Acção Educativa na Escola”.

O desenvolvimento desta actividade inspectiva é efectuado junto dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, visando contribuir para um melhor conhecimento do desempenho destes estabelecimentos e valorizar a construção articulada de interações e formas de trabalhar em conjunto.

Esta actividade pretende ser um reforço e/ou um incentivo para uma atitude reflexiva sobre o desempenho em relação ao trabalho realizado e contribuir para uma efectiva melhoria deste com as crianças/alunos.

### 1.1 OBJECTIVOS

São objectivos desta actividade inspectiva:

- Caracterizar a actividade educativa na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, através da observação de áreas nucleares de funcionamento: realização da prática pedagógica, acção profissional e integração comunitária;
- Analisar o percurso sequencial e articulado das crianças/alunos destes níveis de educação e ensino, centrado na aquisição e no desenvolvimento de competências essenciais e conhecimentos estruturantes da aprendizagem;
- Valorizar e induzir práticas de auto e hetero-avaliação da acção educativa.

### 1.2 METODOLOGIA

Tendo sido seleccionada para a concretização desta actividade inspectiva, a Escola Básica Integrada Roberto Ivens foi intervencionada entre os dias 6 e 10 de Março de 2006, por uma equipa de três inspectores.

A Escola Básica Integrada Roberto Ivens, para além da EB2 Roberto Ivens, integra dois estabelecimentos de educação e de ensino: a EB1/JI de São Pedro e a EB1/JI da Matriz.

O órgão de gestão da unidade orgânica supra-referida foi informado desta acção pelo Inspector Regional de Educação, através do ofício n.º 57, de 13/02/2006.

A coordenadora da equipa agendou a reunião de apresentação da actividade e solicitou cópia do Projecto Curricular de Escola e do Plano Anual de Actividades. Foi informada que o Projecto Curricular de Escola ainda não fora elaborado, atendendo a que, nesta fase de transição/instalação da unidade orgânica, o Projecto Educativo de Escola ainda não estava aprovado. Relativamente ao Plano Anual de Actividades, este está a ser objecto de reformulação ao nível dos departamentos curriculares.

A solicitação destes documentos teve como função proporcionar à equipa inspectiva uma primeira visão da organização pedagógica da Escola Básica Integrada Roberto Ivens.

Na reunião de apresentação da actividade, pela equipa inspectiva, estiveram presentes os membros da Comissão Executiva Instaladora, a Presidente do Conselho Pedagógico, assim como as Coordenadoras dos Núcleos Escolares da EB1/JI de São Pedro e da EB1/JI de Matriz, estabelecimentos de educação e de ensino a intervir.

Nestes dois estabelecimentos, foi seleccionada uma amostra de 4 salas de actividades na educação pré-escolar e 8 salas de aula no 1.º ciclo do ensino básico, para observação da prática educativa, consulta de documentos e reflexão com os respectivos docentes.

Para a selecção desta amostra atendeu-se às idades das crianças, aos anos de escolaridade e à informação transmitida pelo órgão de gestão, nomeadamente a existência, dentro do horário lectivo do docente do 1.º ciclo do ensino básico, da área curricular disciplinar de Língua Estrangeira – Inglês e de núcleos de estágio pedagógico. Para além destes elementos, a selecção dos grupos/turmas nas duas EB1/JI abrangidas foi aleatória.

No final da intervenção, foi realizada uma reunião com os mesmos participantes da reunião de apresentação, a fim da equipa inspectiva apresentar as informações sobre as evidências recolhidas, reflectindo-as com os mesmos.

---

## 2 RESULTADOS DA ANÁLISE DESENVOLVIDA

De seguida apresentam-se os elementos resultantes da observação efectuada.

Para o efeito são consideradas as áreas de funcionamento expressas no ponto 1.1 deste relatório: realização da prática educativa, acção profissional e integração comunitária.

### 2.1 REALIZAÇÃO DA PRÁTICA EDUCATIVA

No âmbito da realização da prática educativa, consideram-se determinados parâmetros de forma a possibilitar uma observação o mais ajustada possível à realidade sala de actividades/aula.

Assim:

#### 2.1.1 Gestão do currículo

As actividades desenvolvidas na educação pré-escolar articulam as diferentes componentes do currículo, sendo evidente a atenção que é dada à gestão do tempo lectivo.

No 1.º ciclo, valoriza-se a Língua Portuguesa, a Matemática e o Estudo do Meio.

Todavia, de um modo geral, não há articulação entre as diferentes áreas curriculares.

#### 2.1.2 Desenvolvimento das competências de aprendizagem

Há valorização de forma evidente da Língua Portuguesa na sua dimensão de transversalidade, tanto a nível da educação pré-escolar como do 1.º ciclo.

Enquanto que a valorização da prática da leitura e escrita, no 1.º ciclo, tem função predominantemente avaliativa, a nível da educação pré-escolar o mesmo não acontece, na medida em que são criados contextos específicos com intencionalidade comunicativa de forma diversificada e lúdica.

Se a nível da prática lectiva, no 1.º ciclo, predomina o domínio da Língua Portuguesa e da Matemática e, em algumas situações, do Estudo do Meio, na educação pré-escolar é dada valorização idêntica às várias áreas de conteúdo, com especial ênfase no domínio das expressões.

Assiste-se a uma prática lectiva, na sua maioria, descontextualizada (com fraca articulação com o real/vivências dos alunos), o mesmo não se verificando no que à educação pré-escolar diz respeito.

As propostas de actividades são pouco criativas, com tendência para as consideradas rotineiras, no âmbito do 1.º ciclo, contrastando com as verificadas na educação pré-escolar.

A não valorização da dimensão científico-experimental da construção das aprendizagens, no que concerne às abordagens referentes ao 1.º ciclo, é uma realidade.

As áreas da expressão plástica, dramática e musical, no âmbito do 1.º ciclo, são utilizadas predominantemente como subsídios da Língua Portuguesa e da Matemática e, em algumas situações, do Estudo do Meio.

A prática lectiva é predominantemente centrada no docente, marcada pela exposição, limitando a possibilidade da iniciativa e intervenção do aluno, o que propicia, em muitas situações, atitudes passivas, submissas e de dependência do mesmo, face ao professor. Em relação à educação pré-escolar, tal prática educativa docente, de um modo geral, não se verifica.

Ainda não há prática de utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação como suporte às actividades na sala de actividades/aula.

### 2.1.3 Utilização de materiais

As actividades desenvolvidas nas salas da educação pré-escolar são diversificadas, recorrem a materiais diversificados, sendo alguns destes oriundos do meio local e recuperados.

A base de trabalho na sala de aula, no âmbito do 1.º ciclo, está alicerçada, na sua essência, nos manuais e nas fichas comerciais fotocopiadas. Não estão previstos nem são utilizados materiais diversificados como suporte à realização das actividades. Não é visível o incentivo à recuperação de materiais.

A manipulação/manuseamento de materiais, como forma de concretizar e suportar as noções inerentes à aprendizagem, é precocemente retirado aos alunos, sobretudo nos níveis etários mais baixos.

Os registos das actividades diárias das crianças/alunos apresentam-se, de uma forma geral, organizados, embora em alguns se tenha verificado alguma falta de cuidado quer na realização por parte das crianças/alunos quer por parte dos docentes.

O espaço vertical da sala de aula encontra-se em alguns casos subvalorizado, o mesmo não acontecendo na educação pré-escolar. Verificam-se produções das crianças/alunos conjuntamente com produções do docente e produções comercializadas. Nem sempre aquele está actualizado face às actividades em curso e, por vezes, contém informação em excesso.

No que concerne à educação pré-escolar, aquele também contempla quadros diversificados ajudando a criança não só a estruturar-se no tempo, a acompanhar a sua própria aprendizagem, bem como registos de regulação do comportamento e, pontualmente, de auto-avaliação.

O espaço horizontal privilegia a organização física, o que não se verifica na educação pré-escolar, que atende às diferentes áreas.

De um modo geral, é dada atenção à limpeza, conservação e grafia nas produções das crianças/alunos.

É visível, nos dossiês e cadernos de registo das actividades diárias de sala de actividades/aula, o percurso de aprendizagem das crianças/alunos. Em duas salas de actividades não foi possível verificar o referido percurso, na medida em que os registos tinham sido entregues às crianças.

#### 2.1.4 Monitorização das aprendizagens

A prática pedagógica docente privilegia o grupo/turma no global, não atendendo às especificidades de cada um.

O docente dá atenção às actividades do domínio sócio-afectivo, valorizando os comportamentos pessoais, sociais e emocionais das crianças/alunos.

Existe valorização dos progressos de aprendizagem dos mesmos.

A prática pedagógica contempla o apoio da educação especial e/ou o apoio educativo, embora este nem sempre se articule com as actividades realizadas na sala de actividades/aula de forma estruturada.

Os docentes do apoio educativo, ao longo do ano, têm efectuado, na sua maioria, apoio lectivo em aulas de substituição. O apoio lectivo suplementar praticamente ainda não acontece.

Os processos individuais das crianças/alunos apresentam organizações diferentes no mesmo estabelecimento de educação e ensino/núcleo, o que pode indiciar ausência de critérios para a organização dos mesmos.

Em alguns casos, foi proporcionada a iniciativa aos alunos na regulação das próprias actividades, através de um espaço de reflexão no final do dia sobre o realizado e o não realizado.

Os trabalhos de casa são generalizados, não atendendo desta forma às necessidades específicas dos alunos.

## 2.2 ACÇÃO PROFISSIONAL

### 2.2.1 Planeamento das aprendizagens

O projecto curricular do grupo/turma (PC/PCT), após ser, por vezes, objecto de troca de informação entre colegas que leccionam os mesmos níveis/anos de educação/escolaridade, é um documento elaborado por cada docente em individual. Em algumas situações, a elaboração efectuada apresenta uma sustentada fundamentação teórica. Integra a caracterização do grupo/turma, a identificação dos seus problemas/dificuldades e definição de prioridades e de competências, mas não reflecte, por norma, a heterogeneidade do grupo/turma. Com efeito, o PC/PCT está estruturado para o grupo/turma como um todo não diferenciado e, nesta última, baseado no ano de escolaridade, desconsiderando a integração da diversidade de estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo presente no grupo/turma. Assim, não incorpora o plano individual (PI) de que beneficia o aluno em risco de terminar o ano lectivo sem aproveitamento ou o programa educativo (PE) da criança/aluno abrangido pelo regime educativo especial.



---

A estrutura do PC/PCT não considera o seu reajustamento/reformulação.

Em alguns casos, integra instrumentos de avaliação da sua consecução, mas em que os mesmos são apresentados como propostas não utilizadas. Por vezes, é possível observar que aquele contém anotações sobre a realização ocorrida no respectivo grupo/turma.

Em consonância com a mencionada perspectiva globalizante de grupo e por ano de escolaridade, as planificações constantes do PC/PCT são de base anual/trimestral/mensal e por áreas de conteúdo/curriculares. Acontece, pontualmente, que as planificações são afixadas na respectiva sala do estabelecimento de educação e de ensino para conhecimento de qualquer interessado.

Na planificação diária das aprendizagens prevalece o sumário das actividades perspectivadas, por norma, para a turma como um todo homogéneo ou por nível equivalendo a ano de escolaridade. Nestes termos, o registo não especifica concretamente o desenvolvimento das actividades/estratégias a concretizar e não identifica os recursos. Se, por vezes, a prática observada considera a individualização/diferenciação consentânea com a heterogeneidade e as necessidades do grupo/turma, aquele registo não reflecte esta realidade.

A planificação diária constitui, com vincada evidência, uma prática de concepção individual, desconsiderando o contributo/a articulação com outros intervenientes na sua estruturação, designadamente os docentes do Núcleo de Educação Especial, sem esquecer os do apoio educativo.

Nesta planificação, são contempladas as diferentes áreas de conteúdo, assim como as diferentes áreas curriculares, sobressaindo aqui as de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio, com a de Expressão Físico-Motora a ser desenvolvida pela coadjuvância de um docente de Educação Física do quadro da unidade orgânica, em horário semanal pré-determinado.

A planificação em equipa é uma prática limitada, acontecendo aquando da comemoração de dias específicos e/ou de efemérides.

A planificação das actividades não contempla a participação das crianças/alunos, surgindo com o decorrer das mesmas.

### 2.2.2 Registos de progressão

Os “registos das aprendizagens/registos de avaliação” trimestrais constituem o suporte de avaliação das crianças/alunos, constando do respectivo processo individual.

Aqueles registos decorrem dos trabalhos realizados na sala de actividades ou das respostas dadas em sala de aula, de fichas sumativas com uma periodicidade, em regra, de base trimestral para o grupo/turma, sem espelharem a diferenciação pedagógica existente, pelo que, de um modo geral, pouco diferem uns dos outros.

Para além dos registos constantes daqueles trabalhos/fichas, está prevista a realização de outros registos de avaliação, como por exemplo em grelhas de auto-avaliação, mas utilizadas de forma mais pontual, sobretudo no final do ano lectivo. Por outro lado, estes registos de auto-avaliação são tão globais que não permitem ao aluno sentir-se como co-responsável pelo seu processo de aprendizagem.

Os pais/encarregados de educação são informados sobre a situação escolar dos seus educandos.

### 2.2.3 Instrumentos de avaliação

Os trabalhos realizados pelas crianças constituem o suporte da avaliação na educação pré-escolar, não existindo outros instrumentos.

A auto-avaliação é concretizada, no 1.º ciclo, numa base trimestral, constituindo uma prática “em jeito de colagem” à elaboração do registo de avaliação sumativa trimestral do aluno, cerceando a sua função reguladora.

O documento adoptado para “registo de avaliação” trimestral, se umas vezes proporciona que esta seja efectivamente descritiva, noutras tal não se verifica, promovendo a adopção de mera designação valorativa: “satisfaz”, “satisfaz bem” e “ainda não satisfaz”.

A linguagem descritiva utilizada pelos docentes é, em geral, formativa e positiva, embora, por vezes, esta última dimensão esteja menos presente. Pontualmente, a mesma linguagem usada carece de ser mais aferida para evitar a imprecisão de conceitos, como seja competências “mínimas”.

Para além do mais, a observação realizada permite afirmar que o conceito de critérios de avaliação não se encontra consolidado, sendo apresentados como «critérios de avaliação a utilizar», por exemplo e entre outros: «fichas formativas, trabalhos de casa».

#### 2.2.4 Articulação profissional

O PC/PCT presente nas salas de actividades/aula não aponta para qualquer articulação entre docentes quer a nível horizontal quer vertical, sendo de recordar que, como acima é expresso, a sua construção é assumida como prática eminentemente individual.

Pontualmente, foi observada a existência de articulação entre o professor titular de grupo/turma e o professor do Núcleo de Educação Especial ou o professor de apoio educativo, em contraste com a realidade mais abrangente em que tal não acontece.

Os convívios a nível da Expressão Físico-Motora são realizados com a envolvência de todas as crianças/alunos, mas sem articulação entre a educação pré-escolar e o 1.º ciclo ou, quando esta acontece, limita-se a abarcar o pré-escolar e o 1.º ano de escolaridade.

Por outro lado, apesar da acção individual ter uma expressão transversal, em contraste com o quase inexistente trabalho de equipa, este acontece na comemoração de dias específicos e/ou de efemérides.

### 2.3 INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA

Os pais/encarregados de educação são informados das regras de atendimento por parte do estabelecimento de educação e de ensino. Foram definidas no início do ano lectivo e dadas a conhecer aquando das reuniões e por escrito.

Nem todo o estabelecimento de educação e de ensino tem espaços próprios destinados ao atendimento dos pais/encarregados de educação. Este é realizado nas salas de actividades/aula.

Os contactos com os pais/encarregados de educação fazem-se em encontros pontuais, mensagens escritas, no atendimento semanal e por telefone, registando-se o

facto de haver manifesta preocupação de concretizar este procedimento com aqueles que nem sempre se deslocam ao estabelecimento de educação e de ensino.

O estabelecimento de educação e de ensino promove a colaboração de pais/encarregados de educação em projectos e acções. Esta participação é mais evidente na realização de festas, comemorações de efemérides e eventos.

Os estabelecimentos promovem a colaboração da autarquia local na procura de apoios e soluções pontuais para situações identificadas.

No presente ano lectivo, ainda não se realizaram os convívios no âmbito da Expressão Físico-Motora.

### 3 CONCLUSÕES

Da observação da prática pedagógica, da análise dos documentos e das entrevistas aos diferentes intervenientes, conclui-se que:

- A articulação curricular e as actividades reflectem a atenção dada à gestão do tempo lectivo na educação pré-escolar, o mesmo não se verificando no 1.º ciclo.
- A prática lectiva no 1.º ciclo é, de um modo geral, descontextualizada, não partindo, na sua essência, das vivências dos alunos, o que não se verifica ao nível da educação pré-escolar.
- A dimensão científico-experimental subjacente à construção das aprendizagens, no que concerne às abordagens referentes ao 1.º ciclo, não é valorizada.
- Os alunos trabalham os conteúdos programáticos no abstracto, na medida em que a manipulação do material ou é muito pouca ou mesmo inexistente.
- Não se verifica uma prática lectiva que conduza à individualização da aprendizagem.
- Na educação pré-escolar, são utilizados materiais diversificados, muitos deles oriundos do meio local e recuperação de desperdícios.
- Recorre-se com muita facilidade ao material comercializado de suporte às aprendizagens, não se incentivando a recuperação de materiais de desperdício (a nível do 1.º ciclo).

- No 1.º ciclo, assim como na educação pré-escolar, é visível, de um modo geral, o reforço positivo às crianças/alunos face às aprendizagens realizadas.
- As actividades propostas como trabalhos de casa, para além de serem, em algumas situações, a continuidade/conclusão das não realizadas em tempo lectivo, reduzem-se a actividades consideradas repetitivas e rotineiras.
- Os espaços verticais e horizontais da sala de aula não se encontram geridos de forma a facilitarem as aprendizagens e a fomentarem diversas organizações de trabalho, a fim de tornarem a aprendizagem mais activa, significativa e diversificada, em contraste com a sala de actividades.
- O apoio lectivo suplementar praticamente ainda não acontece.
- A planificação das aprendizagens é estruturada em função do grupo/turma, considerado como um todo homogéneo ou, se apresenta alguma diferenciação, esta é efectuada por ano de escolaridade.
- No que respeita à planificação diária, esta não apresenta uma estrutura de desenvolvimento das estratégias de concretização das orientações curriculares/currículo, antes lista as actividades a realizar por nível/ano de escolaridade.
- Os registos de progressão reflectem a consideração indiferenciada do grupo/turma, com um especial realce à dimensão sumativa da avaliação, em detrimento da vertente formativa, numa prática continuada e reguladora da concretização do currículo.
- Os instrumentos utilizados para este efeito centram-se nos “registos das aprendizagens/registos de avaliação” trimestrais, mas apesar de estarem previstos outros, estes, no geral, são utilizados de forma mais circunstancial.
- A articulação entre docentes não só não consta dos registos dos instrumentos existentes e respeitantes à planificação das aprendizagens, PC/PCT, mas também, em geral, não é concretizada para além do que concerne à comemoração de dias específicos e/ou de efemérides.
- Os pais/encarregados de educação são informados das regras de atendimento por parte dos estabelecimentos de educação e de ensino.
- Os pais/encarregados de educação participam nos projectos e acções promovidos pelos estabelecimentos de educação e de ensino e prestam apoio específico junto do seu educando, quando solicitados pelos docentes.

- Os estabelecimentos de educação e de ensino não desenvolvem projectos e intercâmbios com outros estabelecimentos dentro/fora desta unidade orgânica.

#### **4 RECOMENDAÇÕES**

Considerando o que acima fica exposto e atendendo às especificidades da Escola Básica Integrada Roberto Ivens, bem como aos esforços já desenvolvidos pelos diversos órgãos de gestão e pelos docentes, recomenda-se o seguinte:

- A articulação das diferentes áreas curriculares no 1.º ciclo, de forma a conferir unidade à prática educativa, numa gestão equilibrada do tempo lectivo destinado a todas as áreas;
- A articulação dos docentes (titulares de grupo/turma, do apoio educativo e do Núcleo de Educação Especial) em termos de uma planificação estruturada, integrada e integradora;
- Uma prática lectiva que ofereça uma aprendizagem alicerçada no contexto e experiência de vida dos alunos, possibilitando-lhes sentirem-se agentes, co-autores e co-responsáveis no seu próprio processo de aprendizagem, sustentada na concretização/manipulação de materiais, conducente à construção dos domínios lógico-dedutivos e científico-experimentais;
- As produções das crianças/alunos são de manter até ao final do ano lectivo, a fim de poder ser feita, sempre que necessário, uma análise e avaliação do percurso de aprendizagem;
- As actividades propostas como trabalho de casa devem responder às necessidades de cada aluno, com objectivos determinados e não uma mera repetição de trabalhos, generalizada a todos;
- Uma gestão dos espaços da sala de aula com vista a fomentar diferentes tipos de organização de trabalho, respondendo desta forma às necessidades da turma.

- A planificação das aprendizagens deve integrar a diversidade de estratégias de concretização e de desenvolvimento das orientações curriculares/do currículo, corporizando uma gestão pró e interactiva da heterogeneidade do grupo/turma;
- Os registos de progressão deverão relevar a especificidade de cada criança/aluno, continuando e/ou reforçando a dimensão positiva e formativa da avaliação;
- A existência e/ou a elaboração de outros instrumentos de avaliação, os quais devem ser utilizados para reforçar/effectivar a dimensão reguladora da avaliação formativa;
- A planificação e reforço da articulação entre os diferentes membros das equipas educativas dos estabelecimentos de educação e de ensino, não só dos titulares de grupo/turma, mas também dos que intervêm de forma específica, a nível do apoio educativo e Núcleo de Educação Especial, proporcionando, através desta acção integrada, um reforço das condições propícias à satisfação dos superiores interesses das crianças/alunos e do sucesso educativo;
- Os estabelecimentos de educação e de ensino devem promover uma articulação vertical nas diversas acções e projectos que desenvolvam;
- O apoio educativo, actividade que se destina a complementar o rol de competências das crianças/alunos, deverá ser reequacionado com a tutela, com vista ao cumprimento do apoio lectivo suplementar.

Ponta Delgada, 27 de Março de 2006

### **A Equipa Inspectiva**

**Maria Dulce Bernardo Farias dos Santos Mosca** (coordenadora)

**Maria Filomena Tavares Silva de Medeiros**

**Agostinho Tavares Fernandes Martins**